ATA DA 754ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA AMPLIADA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NO 12 DE SETEMBRO DE 2026, EM SÃO PAULO-SP.

PARTICIPANTES: Os economistas Tania Cristina Teixeira – presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Magno Andrioli Bittencourt, Claudemir Galvani, Elis Braga Licks, Fabíola Andréa Leite de Paula, Gustavo Casseb Pessoti, Hudson Garcia da Silva, Janine da Silva Alves Bello, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Kerssia Preda Kamenach, Lucia dos Santos Garcia, Maria do Socorro Erculano de Lima, Odilon Guedes Pinto Junior, Paulo Hermance Paiva, Pedro Afonso Gomes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Wellington Leonardo da Silva – conselheiros federais. Presentes os representantes dos Conselhos Regionais de Economia: José Antonio Lutterbach Soares - presidente do Corecon-RJ; Luis Gustavo Vieira Martins – vice-presidente do Corecon-RJ; Haroldo da Silva - presidente do Corecon-SP; Antonio José Corrêa do Prado – vice-presidente do Corecon-SP; Keynis Cândido de Souto - presidenta do Corecon-PE; José Farias Gomes Filho – vice-presidente do Corecon-PE; Edval Landulfo de Sousa Neto - presidente do Corecon-BA; Tiago Jazynski - presidente do Corecon-PR; Ademir Tenfen – presidente do Corecon-SC; Isadora Gonçalves Costa Osterno – vice-presidente do Corecon-CE; Kleber Antonio da Costa Mourão - presidente do Corecon-PA/AP; Jusçanio Umbelino de Souza – vice-presidente do Corecon-DF; Cleydner Marques de Magalhães Maurício – vice-presidente do Corecon-AL; Márcio Paixão Ribeiro - presidente do Corecon-AM/RR; Roberto Santos Matos - presidente do Corecon-MA; Antonio Porfírio de Matos Neto - presidente do Corecon-SE; Ricardo Silveira da Paixão - presidente do Corecon-ES; Adriana Pereira de Sousa – presidente do Corecon-GO; Maria do Socorro Freire Câmara - presidenta do Corecon-RN; Diogo Costa da Silva - presidente do Corecon-MS; Werton José de Oliveira Batista - presidente do Corecon-PB; Clarissa Flávia Santos Araújo – presidenta do Corecon-PI; Francisco Aroldo Vasconcelos de Oliveira - presidente do Corecon-RO/AC; e Higor de Sousa Franco - presidente do Corecon-TO. Equipe de apoio do Cofecon: Renata Reis Almeida, superintendente em exercício; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Ana Cláudia Ramos Pinto, coordenadora; Raquel Passos da Silva Araújo e Rielisson Barbosa de Moura, assessores; e, Jane Lopes da Silva, assessora da Presidência e do Plenário. *(áudio, manhã, 12.09.2026 – 00:04:50 – 04:09:27)*. Às dez horas a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu início à reunião. **1. Abertura da Sessão Plenária. 1. Abertura.** *1.1. Justificativas de ausência*. Conselheiros Federais: Flávia Vinhaes Santos, impossibilidade de participar por motivos de viagem, sendo substituída pelo conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda. *1.2 Conselheiro Federal Suplente Convocado pelo Rodízio:* Frednan Bezerra dos Santos (MA); *1.3 Justificativas de ausência e votação.* Presidentes dos Corecons: presidente do Corecon-CE, Econ. José Wandemberg Rodrigues Almeida, substituído pela vice-presidenta do Corecon-CE, Econ. Isadora Gonçalves Costa Osterno; presidenta do Corecon-DF, Econ. Luciana Acioly da Silva, substituída pelo vice-presidente do Corecon-DF, Econ. Jusçânio Umbelino; e presidente do Corecon-AL, Econ. Marcos Antônio Moreira Calheiros, substituído pelo vice-presidente do Corecon-AL, Cleydner Marques de Magalhães Maurício. – Ausentes: - presidenta e vice do Corecon-MG, Carolina Rocha Batista e Francisco Horácio Pereira de Oliveira. *1.4 Conselheiros participação virtual:* - Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera *1.5 Presidentes Corecons participação virtual:* Rodrigo Salvato de Assis – presidente do Corecon-RS; e Viviane Cristina Fortes Guia – vice-presidente do Corecon-MT. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu as boas-vindas aos conselheiros, presidentes e vice-presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. **2. Proposições dos Conselhos Regionais de Economia.** *2.1. Exposições dos Presidentes dos Corecons autores das proposições. (Processo SEI nº 141100.000189/2026-81).* A presidenta do Corecon-PE, Keynis Cândido de Souto, apresentou as seguintes propostas dentro da temática **Valorização Profissional**: Criação de Grupo de Estudos sobre Economia e Inteligência Artificial; Institucionalização de Comissão de Jovens Economistas; Cooperação internacional para facilitar a atuação profissional de economistas no exterior; e Parceria nacional

de saúde e bem-estar para empregados, economistas registrados e dependentes. A presidenta do Corecon-PE apresentou as justificativas das propostas: Criação de grupo de estudos sobre Economia e Inteligência Artificial, no âmbito dos Corecons, sob liderança do Cofecon, com o objetivo de acompanhar e participar ativamente das transformações provocadas pela inteligência artificial no mercado de trabalho e na própria formação dos economistas. Institucionalização da Comissão de Jovens Economistas, visando aproximar estudantes em fase de conclusão do curso e recém-formados do Sistema Cofecon/Corecons. Destacou que esses jovens demonstram interesse em participar de comissões e, futuramente, atuar como conselheiros, mas possuem dúvidas sobre o funcionamento dos Conselhos e dificuldades para ingressar nas atividades profissionais e, em alguns casos, para realizar o registro. A proposta busca criar atividades e mecanismos de aproximação, inclusive para aqueles que ainda não tenham condições de se registrar. Estabelecimento de cooperação internacional para facilitar a atuação profissional de economistas no exterior, mediante acordos de cooperação técnica com entidades congêneres de outros países. A proposta considera o aumento da mobilidade internacional dos profissionais e busca criar mecanismos que facilitem o reconhecimento e a atuação de economistas brasileiros no exterior, respeitadas as normas e características de cada país. Criação de uma parceria nacional voltada à saúde e ao bem-estar de empregados, economistas registrados e, se possível, seus dependentes, contemplando benefícios como academia, plano de saúde e outras iniciativas destinadas à melhoria da qualidade de vida. Como exemplo, relatou a situação da gerente do Corecon-PE, profissional concursada e considerada muito eficiente, que precisou se afastar em duas ocasiões em razão de burnout. Ressaltou a necessidade de distribuir melhor as atribuições e de ampliar o cuidado com a saúde dos colaboradores, considerando os impactos que os afastamentos podem causar no funcionamento dos Conselhos. Em síntese, a manifestação destacou a necessidade de o Sistema Cofecon/Corecons atuar de forma mais próxima das transformações tecnológicas, dos jovens profissionais, da mobilidade internacional dos economistas e da promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. O presidente do Corecon-BA, Econ. Edval Landulfo de Sousa Neto, apresentou as seguintes propostas: Criação de uma Comissão de Relações Institucionais e Governamentais (RIG's) no Cofecon, que possua juridicamente autonomia para fluir no âmbito regional, com o objetivo de aproximação das diversas esferas do poder público para identificar espaços que precisam do economista e fomentar a sua inserção. Ressaltou a importância da valorização profissional e da ampliação das receitas dos Conselhos Regionais, destacando que a questão é comum a todo o Sistema Cofecon/Corecons. Por fim, propôs que a Comissão atue também no acompanhamento e monitoramento de projetos de lei, decretos e demais atos normativos de interesse dos Conselhos Regionais, reforçando a atuação institucional do Sistema. O presidente do Corecon-SE, Econ. Antônio Porfiro de Matos Neto, apresentou a seguinte proposta: Definir o piso salarial dos Economistas nacionalmente ou por região, de acordo com a viabilidade econômica. Foi ressaltada a necessidade de o Cofecon e os Conselhos Regionais atuarem na definição e valorização do piso salarial dos economistas, considerando as especificidades e o potencial econômico de cada Estado. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda comentou a proposta apresentada pelo Corecon-BA para a criação de uma Comissão de Relações Institucionais e Governamentais, esclarecendo que já existe comissão com essa finalidade no âmbito do Cofecon. Ressaltou, contudo, que a proposta de conferir autonomia jurídica para atuação no âmbito regional não se compatibiliza com a organização do Sistema e com a legislação vigente. Destacou que as comissões do Cofecon possuem caráter consultivo, cabendo a elas discutir, avaliar e apresentar propostas, enquanto a instância máxima de decisão é o Plenário do Cofecon. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes esclareceu que, conforme a organização do Sistema Cofecon/Corecons, compete aos Corecons a interlocução com as autoridades e governos locais, enquanto ao Cofecon cabe a atuação no âmbito federal. Ressaltou, contudo, que o Cofecon pode oferecer subsídios e compartilhar experiências para fortalecer a atuação dos Conselhos Regionais. Diante das considerações apresentadas, foi sugerida a reformulação da proposta do Corecon-BA, adequando-a aos aspectos legais e à estrutura hierárquica do Sistema. O presidente do Corecon-BA concordou em reformular a proposta, com foco no compartilhamento de informações e boas práticas entre os Conselhos, de modo que

experiências exitosas possam ser replicadas em outras regiões. Também foi observado que, por já existir comissão com atribuições relacionadas ao tema no Cofecon, a proposta deverá tratar de seu aperfeiçoamento e fortalecimento, e não de sua criação. As propostas apresentadas no âmbito da temática Valorização Profissional foram aprovadas, com as recomendações e adequações apresentadas durante a discussão. As matérias terão prosseguimento no âmbito do Cofecon para os encaminhamentos e deliberações cabíveis. Próxima temática: **Concurso Público.** O presidente do Corecon-SE, Econ. Antônio Porfiro de Matos Neto, apresentou as seguintes propostas: exigir em edital que a função de Economista seja obrigatoriamente registrada no Conselho Regional de Economia; se o concurso for de nível superior, no qual o candidato utiliza o seu diploma de Ciências Econômicas, tornar necessário também o registro no referido Conselho; e elaborar, por meio do Cofecon, um concurso nacional para atender as necessidades de cada Conselho Regional, após consulta prévia, com o objetivo de diminuir o custo, por ser geral. Quanto à realização de concurso, foi ressaltada pelo presidente do Corecon-SE a importância da definição clara das carreiras e da valorização da formação em Economia nos concursos públicos. Também foi mencionada a possibilidade de realização de concurso nacional para formação de cadastro de reserva como instrumento de planejamento e renovação dos quadros de pessoal dos Conselhos, considerando situações de servidores/empregados com mais de 30 anos de atuação e remunerações elevadas, possibilitando, futuramente, a substituição planejada desses profissionais por meio de novos ingressos. Também foi sugerida a elaboração de nota técnica ou orientação da Assessoria Jurídica Nacional, com o objetivo de orientar os Conselhos Regionais quanto aos procedimentos e à viabilidade jurídica relacionados à utilização da formação em Economia em cargos cuja denominação seja diversa, como os de gestão pública. Por fim, destacou-se que as propostas constituem medidas de planejamento e análise para a gestão dos Conselhos, visando à adequação dos quadros funcionais às suas necessidades futuras. O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva ressaltou a necessidade de analisar, com cautela, a realização de concurso público de âmbito nacional pelo Cofecon. Relatou que, em concurso anterior, um candidato aprovado em primeiro lugar teve o Conselho Regional ao qual estava vinculado posteriormente unificado a outro e ingressou com medida judicial pleiteando a disponibilização de vaga em outro local, bem como custeio de mudança e moradia. Diante disso, destacou que, em eventual concurso nacional promovido pelo Cofecon, ainda que destinado a atender aos Conselhos Regionais, o Conselho Federal poderá assumir responsabilidades decorrentes do edital e da organização do certame, devendo esses aspectos ser previamente avaliados. A presidenta do Corecon-GO, Adriana Pereira de Sousa, complementou a discussão destacando a ocorrência de situações em que concursos são realizados especificamente para economistas e, posteriormente, os órgãos alteram a nomenclatura dos cargos, como a transformação em cargos de analista, gerando questionamentos quanto à obrigatoriedade de registro profissional. Relatou a existência de caso em Goiás, em tramitação judicial, ressaltando os possíveis impactos para os demais economistas vinculados à instituição. Informou que o Corecon-GO encaminhou ofício e nota técnica ao órgão, esclarecendo a necessidade de manutenção do registro profissional, e defendeu a busca de medidas para enfrentar situações semelhantes. Por fim, sugeriu que a questão dos concursos e seus desdobramentos fosse encaminhada para análise e posterior manifestação do Cofecon. O presidente do Corecon-BA, Econ. Edval Landulfo de Sousa Neto, apresentou a seguinte proposta dentro da temática **Atualização da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista**: incentivar o registro voluntário de tecnólogos (graduação de nível superior) nos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), obedecendo às regras específicas da profissão para a titulação (exemplos: Tecnólogo em Gestão Financeira, Tecnólogo em Gestão Pública, Tecnólogo em Comércio Exterior e Tecnólogo Comercial, cursos voltados a gestão e negócios que compartilham a base de mercado da Economia) e sendo a designação economista privativa dos bacharéis em Ciências Econômicas. Mencionou a atuação de outros Conselhos Regionais, a exemplo dos Conselhos de Administração, na inclusão de tecnólogos em seus quadros. Considerando os desafios relacionados à arrecadação dos Conselhos, sugeriu avaliar a possibilidade de registro voluntário de tecnólogos no Sistema Cofecon/Corecons, à semelhança do que já ocorre com profissionais de Comércio Exterior, como forma de ampliar a base de registros e contribuir para o

fortalecimento financeiro dos Conselhos. O presidente do Corecon-AM/RR, Econ. Marcio Paixão Ribeiro, apresentou a seguinte proposta**:** regramento profissional dos internacionalistas. Relatou a experiência do Conselho com a incorporação dos profissionais de Relações Internacionais, destacando a adesão crescente de internacionalistas ao registro profissional e as ações desenvolvidas em conjunto para conhecer e atender às suas demandas. Como principal questão, apontou a necessidade de estabelecer regramento e procedimentos para as atividades dos internacionalistas, diante das dificuldades de inserção e consolidação desses profissionais no mercado de trabalho, especialmente pela falta de clareza quanto às suas atribuições. Solicitou, assim, orientação sobre a possibilidade de o Cofecon desenvolver ou regulamentar a atuação dos internacionalistas registrados nos Conselhos de Economia. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, esclareceu que a questão do registro dos profissionais de Relações Internacionais vem sendo discutida desde a criação dessa possibilidade. Destacou a necessidade de definir com maior clareza o escopo de atuação e a forma de integração desses profissionais ao Sistema Cofecon/Corecons, especialmente em razão das diferentes formações existentes na área. Ressaltou que o regramento para profissionais formados em Relações Econômicas Internacionais já está estabelecido, enquanto a situação dos egressos dos cursos de Relações Internacionais requer maior detalhamento, considerando a especificidade e a diversidade de sua formação. Informou, por fim, que já existe regulamentação que possibilita o registro desses profissionais, sendo necessário avaliar a conveniência de explicitar e aperfeiçoar as regras existentes. O conselheiro federal Claudemir Galvani esclareceu que, quanto à forma de registro dos profissionais de Relações Internacionais, já existe regulamentação específica. Ressaltou que, caso o curso seja considerado conexo, o registro estará amparado pela regulamentação vigente; caso contrário, não será possível o registro profissional. A conselheira federal Lúcia dos Santos Garcia destacou a diversidade dos cursos de Relações Internacionais, ressaltando que aqueles com enfoque em finanças internacionais e transações econômicas podem se enquadrar como áreas conexas. Apontou, ainda, o descompasso entre o número de profissionais formados e sua absorção pelo mercado de trabalho, questão que demanda atenção do Cofecon. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes destacou a necessidade de priorizar a questão dos profissionais de Relações Internacionais, especialmente diante da baixa quantidade de registros nos Conselhos. Ressaltou a diversidade das grades curriculares dos cursos e a dificuldade de estabelecer uma regulamentação abrangente. Mencionou a experiência do Conselho Federal de Administração como referência e enfatizou que, além de regulamentar a atividade, é necessário desenvolver ações efetivas de captação e registro desses profissionais no Sistema Cofecon/Corecons. O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva destacou que conteúdos relacionados ao internacionalismo e ao comércio exterior, anteriormente integrantes da formação em Economia, passaram a ser ofertados em cursos específicos de Relações Internacionais. Considerou pertinente o aprofundamento da proposta e ressaltou a necessidade de a Comissão de Educação analisar as grades curriculares dos cursos de Relações Internacionais, verificando sua correspondência com a formação básica em Economia e os critérios para eventual registro profissional. Defendeu, assim, a realização de estudo mais detalhado sobre a formação desses profissionais. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda destacou a necessidade de verificar se os cursos de Relações Internacionais atendem aos requisitos para o registro como internacionalista, evitando sobreposição com a atuação dos economistas. Defendeu o cumprimento da regulamentação vigente e ressaltou que os Conselhos não podem assegurar reserva de mercado ou garantia de vagas aos profissionais. O presidente do Corecon-SE, Econ. Antônio

Porfiro de Matos Neto, apresentou a seguinte proposta: estabelecer faixas de percentuais de valor para a cobrança da anotação de responsabilidade técnica (ART), com base no valor do projeto. Ressaltou-se que projetos de grande porte podem resultar em valores de ART considerados baixos, representando oportunidade de ampliação de receita para os Conselhos. Foi sugerida uma reflexão conjunta sobre o tema, considerando que eventual alteração deve ser analisada de forma institucional, a fim de evitar questionamentos por parte dos profissionais. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes esclareceu que a ART, criada em 2011, tinha como objetivos apoiar os Corecons na identificação das áreas de atuação dos economistas, orientar ações do Conselho e contribuir para a valorização profissional. Ressaltou-se que a ART deve ser tratada como tarifa pela prestação de serviço, sem proporcionalidade ao valor do negócio ou projeto, devendo sua cobrança observar critérios de razoabilidade. Sugeriu o encaminhamento do tema para análise jurídica, contemplando as questões levantadas durante a discussão. A conselheira federal Lucia dos Santos Garcia informou que o assunto foi abordado no GT1 e será analisado de forma abrangente, considerando aspectos relacionados ao mercado de trabalho, à valorização do economista, à regularização jurídica e aos serviços prestados pelo Sistema Cofecon/Corecons, com posterior apreciação. O presidente do Corecon-MS, Econ. Diogo Costa da Silva, apresentou a seguinte proposta dentro da temática Reestruturação Operacional-Econômico-Financeira do Sistema Cofecon/Corecon: redução do repasse da cota-parte do Cofecon para 15%. O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva destacou que a proposta de redução do percentual destinado ao Cofecon é recorrente nos encontros de presidentes de Conselhos, mas ressaltou que a alteração contraria a legislação vigente, que estabelece a destinação de 20% da arrecadação dos Corecons ao Conselho Federal. Observou que o Sistema já promove uma redistribuição indireta desses recursos por meio dos apoios institucionais, considerando as diferentes realidades regionais. Defendeu, portanto, o aprimoramento desse mecanismo, de modo que os Corecons com maior capacidade financeira possam contribuir para ampliar o apoio aos Conselhos com menores condições de custear suas próprias atividades. O presidente do Corecon-MA, Econ. Roberto Santos Matos, apresentou as seguintes propostas dentro da temática Disseminação de Boas Práticas: instituir, no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, programa nacional permanente de educação, orientação e proteção financeira, estruturado a partir das experiências Proteja Seu Bolso e Proteja Seu Bolso, Mulher! desenvolvidas pelo Corecon-MA; e Programa Nacional de Boas Práticas e Soluções Compartilhadas. O presidente do Corecon-MA propôs a nacionalização de projetos desenvolvidos pelo Regional, especialmente os programas de educação econômica e financeira “Proteja seu Bolso” e “Proteja seu Bolso Mulher”, que articulam educação financeira, proteção social, geração de renda e inserção profissional. O projeto contempla ações voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, pessoas privadas de liberdade ou egressas do sistema prisional, micro e pequenos negócios e consumidores em geral, mediante parcerias com instituições públicas e privadas. Propôs, ainda, a criação de um Programa Nacional de Boas Práticas e Soluções Compartilhadas, com repositório no site do Cofecon para divulgação de projetos exitosos e replicáveis dos Regionais, acompanhado de premiação para incentivar iniciativas que contribuam para a sustentabilidade do Sistema. Ressaltou a necessidade de atuação integrada dos Conselhos, diante do enfraquecimento do Sistema e do envelhecimento do perfil dos profissionais registrados, apontando a importância da adoção de estratégias para ampliar a relevância da profissão e a sustentabilidade financeira dos Conselhos. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira deu encaminhamento do tema. O presidente do Corecon-BA, Econ. Edval Landulfo de Sousa Neto, apresentou as seguintes propostas dentro da temática Fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons: capacitação de presidentes, vice-presidentes e equipe de gestão (incluindo terceirizados) nas informações regimentais do Conselho Federal (estatuto, regimento, comissões temáticas, processos eleitorais, processos internos de gestão administrativa, finanças, fiscalização e cobranças, bem como no calendário nacional anual de eventos e no acesso a instruções normativas para submissão de solicitação de patrocínios junto ao Cofecon); capacitação do mesmo público para o manuseio de ferramentas corporativas, como SEI, BRC e portal da transparência; ampliação do custeio de diárias e passagens para vice-presidente e coordenadores de comissões estaduais para participação em eventos e reuniões de

interesse do Cofecon; e viabilizar, por meio de ferramentas de reuniões on-line, a participação de presidentes, vice-presidentes e superintendentes das autarquias regionais nas plenárias do Cofecon com os(as) conselheiros(as) federais, para alinhamento de informações e deliberações, sem direito a voz e voto, apenas acompanhamento. Apresentou, de forma objetiva, os pontos remanescentes de sua proposta, considerando que parte das questões já haviam sido discutidas no grupo de trabalho do XXIX SINCE e encaminhadas para análise. Propôs, ainda, a participação de presidentes, vice-presidentes e superintendentes dos Corecons nas plenárias do Cofecon, preferencialmente de forma presencial ou, quando inviável, por meio de reuniões on-line, com o objetivo de promover maior alinhamento de informações e deliberações, sem direito a voz e voto. O vice-presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa esclareceu que as plenárias do Cofecon são abertas à participação dos economistas, sem direito a voto, estando essa possibilidade já regulamentada. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, ressaltou, contudo, que a participação on-line deve observar critérios de segurança e controle de acesso, cabendo ao Cofecon a gestão dos links e das reuniões. A vice-presidente do Corecon-MT, Econ. Viviane Cristina Fortes Guia, apresentou a seguinte proposta, dentro da mesma temática: a cada quatro meses os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia devem participar de reunião conjunta com o Conselho Federal de Economia, com o objetivo de apresentar proposituras, discutir as dificuldades enfrentadas pelos Regionais e buscar soluções para as demandas já identificadas e aquelas que ainda precisam ser solucionadas. A vice-presidente do Corecon-MT defendeu maior aproximação e troca de informações entre os presidentes dos Corecons e o Cofecon, inclusive por meio de reuniões periódicas, para compartilhamento de experiências e articulação de ações em defesa e valorização dos economistas. Citou iniciativas do Regional, como a parceria com o Ministério Público para disponibilização de espaço de trabalho e ampliação da atuação de economistas em perícias judiciais, além da necessidade de maior inserção dos profissionais em áreas como concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira considerou viável a proposta de realização de reuniões entre os presidentes dos Regionais, inclusive de forma on-line, para troca de experiências e estabelecimento de agendas de cooperação. Esclareceu que a dinâmica de participação e integração das comissões já existe e poderia ser ampliada para um número maior delas. Ressaltou-se, contudo, que a realização de encontros presenciais por todas as comissões não seria compatível com as limitações orçamentárias do Cofecon, sendo necessário buscar alternativas mais viáveis e criativas. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda reforçou a importância da integração entre o Cofecon e os Corecons, ressaltando, contudo, que essa aproximação deve ocorrer de forma recíproca. Destacou que o Cofecon tem promovido diversas atividades e reuniões on-line, inclusive no âmbito das Comissões, mas que a participação dos Corecons ainda é reduzida. Nesse sentido, enfatizou a importância de maior engajamento e comprometimento mútuo, com participação mais ativa dos Regionais não apenas nas plenárias, mas também nas atividades das Comissões. O presidente do Corecon-AM/RR, Econ. Marcio Paixão Ribeiro, apresentou a seguinte proposta dentro da temática Fiscalização Profissional: análise jurídica e regramento pelo Cofecon sobre a fiscalização em empresas MEI que possuem o CNAE 8219-9/99, preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente, em relação aos processos fiscalizatórios e de cancelamento de registro de profissionais que possuem pessoas jurídicas com esse CNAE. Relatou situação identificada em Manaus, onde alguns economistas têm solicitado o cancelamento do registro profissional e, posteriormente, constituído pessoas jurídicas para prestar serviços semelhantes aos anteriormente exercidos, utilizando CNAE relacionado à preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo. Ressaltou que a prática pode dificultar a fiscalização e resultar na saída de profissionais do Sistema. Propôs o encaminhamento da questão para análise jurídica e posterior avaliação pela Comissão de Fiscalização, com vistas à definição de procedimentos e regulamentação adequada para o enfrentamento da situação. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes ressaltou que a situação pode ser enfrentada com os procedimentos já previstos nos manuais de fiscalização. Esclareceu que o cancelamento do registro não deve ocorrer automaticamente em razão da alteração do CNAE ou do contrato social, sendo necessário verificar a natureza efetiva dos serviços prestados. Mencionou a experiência do Corecon-SP, que

utilizou informações disponíveis em redes profissionais, como o LinkedIn, para identificar as atividades efetivamente desenvolvidas pelas empresas, destacando que esses instrumentos já integram as possibilidades de fiscalização. O conselheiro federal Júlio Miragaya corroborou as considerações apresentadas, relatando experiência no Sebrae-DF, onde identificou situação semelhante de profissionais que deixam de caracterizar suas atividades como próprias da Economia e passam a atuar como Microempreendedores Individuais (MEIs), utilizando enquadramentos genéricos. Ressaltou a necessidade de atenção da fiscalização, diante da utilização desse mecanismo como forma de afastar obrigações profissionais. A conselheira federal Lúcia dos Santos Garcia esclareceu que o economista não pode ser enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) quando sua atividade não atender aos requisitos previstos na regulamentação. Ressaltou-se a necessidade de articulação institucional para enfrentar situações de possível pejotização irregular e fortalecer a fiscalização, inclusive mediante atuação conjunta das instâncias competentes e da Comissão de Trabalho, considerando os impactos desse fenômeno na valorização profissional dos economistas. A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima informou que que os casos críticos e as respectivas orientações serão disponibilizados no portal do Cofecon, permitindo o acesso pelos Regionais. Ressaltou-se que as demandas apresentadas pelos Corecons contribuirão para o aprimoramento e atualização das informações. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, disse que gostaria, ainda, de enviar um de ofício-circular aos presidentes dos Regionais comunicando a disponibilização do conteúdo desse portal. O presidente do Corecon-MA, Econ. Roberto Santos Matos, apresentou a seguinte proposta dentro da mesma temática: implementação nacional do registro de iniciação profissional e da carteira do estudante de economia/economista júnior para graduandos em Ciências Econômicas que tenham integralizado, no mínimo, 50% da carga horária do curso. Foi proposta a implementação nacional do Registro de Iniciação Profissional, como ampliação da carteira de estudante, especialmente destinada aos alunos em fase final da graduação. A iniciativa teria, entre seus objetivos, facilitar o acompanhamento e a fiscalização da atuação profissional, considerando as novas nomenclaturas utilizadas no mercado de trabalho e as dificuldades de rastreamento das atividades exercidas. Destacou-se, ainda, a possibilidade de utilizar o registro como instrumento de aproximação dos estudantes com o mercado de trabalho, sobretudo nos estados com menor estrutura de oportunidades para economistas. A proposta prevê a articulação com instituições com as quais o Sistema possui relacionamento, visando a apresentar a importância e o papel do economista, fomentar iniciativas de residência profissional e estimular a inserção dos estudantes no mercado, com a perspectiva de sua permanência no Sistema por meio do registro profissional. O vice-presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa, esclareceu que o registro de iniciação profissional já é adotado por alguns Corecons, citando como exemplos São Paulo e Rio de Janeiro. Por fim, a presidenta do Corecon-PI, Clarissa Flávia Santos Araújo, apresentou contribuição acerca do registro de estudantes, informando que, no Piauí, o cadastro já é realizado por meio do sistema BRC, que permite consultar tanto os profissionais registrados quanto os estudantes, estes identificados por numeração específica. Informou, ainda, que o Regional desenvolveu uma carteira virtual para os estudantes, tomando como referência o modelo adotado pelo Corecon-DF, e colocou-se à disposição para compartilhar o modelo utilizado. Na sequência, a presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira informou que as questões apresentadas seriam encaminhadas para conhecimento e análise das Comissões competentes, incluindo a solicitação de análise jurídica apresentada pelo Corecon-AM e a proposta apresentada pelo Corecon-MA. **Inclusão de Proposta Corecon-PA/AP.** O presidente do Corecon-PA/AP, Kleber Mourão, propôs a criação de um Prêmio de Excelência em Desenvolvimento Regional, destinado a pessoas físicas ou jurídicas com atuação de destaque nas regiões Norte e Nordeste. Sugeriu que a premiação fosse realizada durante a solenidade de entrega dos prêmios nacionais do Cofecon, por ocasião da posse da presidência e vice-presidência, contemplando, alternadamente, a região Nordeste nos anos pares e a região Norte nos anos ímpares. Justificou a proposta como forma de assegurar a presença e a representatividade dessas regiões nas premiações nacionais do Sistema. Em resposta, a presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira

ponderou que, caso instituída uma premiação de excelência em desenvolvimento regional, seria adequado contemplar todas as regiões brasileiras, considerando as desigualdades existentes no País, de modo a promover maior equilíbrio e evitar a exclusão de regiões. A conselheira federal Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera manifestou-se favoravelmente à proposta de criação de uma premiação relacionada ao desenvolvimento regional, desde que contempladas todas as regiões do País. Ressaltou que, embora as desigualdades sejam mais acentuadas nas regiões Norte e Nordeste, também estão presentes nas demais regiões brasileiras, considerando pertinente o reconhecimento de instituições e iniciativas de destaque nessa área. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes ponderou que a representatividade das regiões Norte e Nordeste poderia ser assegurada por meio de critérios estabelecidos nos editais, sem a criação de uma premiação exclusiva para essas regiões. Na sequência, foi informado que os prêmios promovidos pelo Cofecon são divulgados para todos os Regionais e que têm sido adotadas medidas para ampliar a participação e a isonomia entre as diferentes regiões, inclusive em iniciativas como concursos de monografias, editais de livros e o Desafio Quero Ser Economista. O conselheiro federal Júlio Miragaya ressaltou, a partir da sua experiência no Ministério da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que a abordagem das desigualdades regionais passou a considerar, além das diferenças entre as grandes regiões brasileiras, as desigualdades intrarregionais. Destacou-se que essas diferenças são expressivas dentro das próprias regiões, como entre os grandes centros urbanos e áreas do semiárido nordestino, entre Manaus e o interior do Amazonas e, igualmente, dentro da região Sudeste. O presidente do Corecon-PA/AP, Kleber Mourão, reiterou a importância de ampliar a presença de instituições das regiões Norte e Nordeste nas premiações nacionais do Cofecon. Mencionou, como exemplos, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, a Sudene, a Sudam e a Suframa, destacando sua relevância para o desenvolvimento regional e a possibilidade de participação em eventos e premiações promovidos pelo Sistema. Em questão de ordem, foi solicitado esclarecimento quanto à afirmação de que as regiões Norte e Nordeste não estariam adequadamente representadas nas plenárias. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira esclareceu que a representação dos Regionais observa os critérios estabelecidos e que eventuais discussões sobre sua composição ou representatividade deveriam ser tratadas em fórum próprio. Quanto à proposta de criação do prêmio de desenvolvimento regional, a Presidência informou que a iniciativa foi aprovada, devendo seu detalhamento ser encaminhado à comissão competente e, posteriormente, submetido aos presidentes dos Regionais. Ressaltou, contudo, que a discussão específica sobre representação regional seria tratada em momento e instância adequados. **3. Andamento do Programa de Trabalho do Cofecon.** *3.1. Informes dos Coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho.* Comissão Tomada de Contas. A presidenta Teresinha de Jesus Ferreira da Silva ressaltou a importância de os presidentes dos Corecons observarem rigorosamente os prazos para encaminhamento das peças orçamentárias e demais documentos exigidos. Esclareceu que as restrições registradas nos processos decorrem, em muitos casos, do descumprimento dos prazos estabelecidos. Informou, ainda, que a Comissão está à disposição dos Regionais para orientações e apoio na solução de eventuais pendências. Comissão Mulher Economista e Diversidade. Na sequência, relatou as atividades desenvolvidas no âmbito do Fórum da Mulher Economista e Diversidade, destacando a realização do 4º Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade, em Manaus, cuja realização passou a integrar oficialmente o calendário anual do Cofecon, com a próxima edição prevista para ocorrer em Palmas, Tocantins. Ressaltou a realização de debates sobre temas contemporâneos relacionados à democracia, orçamento e

diversidade, incluindo a inserção da população LGBTQIA+ na sociedade e sua participação no desenvolvimento econômico. Destacou a necessidade de ampliar a discussão sobre gênero, raça e diversidade no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e incentivou os Regionais a criarem e fortalecerem suas próprias comissões sobre esses temas. Por fim, colocou a Comissão à disposição para promover o intercâmbio de experiências e divulgar as iniciativas desenvolvidas pelos Corecons. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da Comissão de Política Econômica e vice-coordenador da Comissão de Comunicação, destacou as atividades desenvolvidas pelas duas comissões e ressaltou a importância da participação dos Corecons. Informou que a Comissão de Política Econômica tem promovido debates sobre temas relevantes da conjuntura econômica nacional e internacional, com participação de especialistas, atividades abertas e disponibilizadas on-line pelos canais do Cofecon. Conclamou os Corecons a ampliarem a participação e a divulgação dessas atividades entre os economistas de seus respectivos Estados, destacando que os conteúdos também podem ser utilizados como material de apoio em atividades acadêmicas. Ressaltou, ainda, a atuação do Cofecon na divulgação de notas técnicas e manifestações sobre temas econômicos, bem como a participação crescente de seus representantes em eventos e fóruns nacionais. Agradeceu a participação dos membros das comissões, dos conselheiros e dos presidentes dos Corecons nas atividades realizadas. Comissão de Comunicação. Foi destacado o trabalho desenvolvido pela Comissão de Comunicação para promover a integração e a divulgação das atividades realizadas pelo Cofecon e pelos Corecons, ressaltando-se a importância da participação dos Regionais no acompanhamento e na disseminação dos conteúdos produzidos. Foram apresentados os principais canais e instrumentos de comunicação do Sistema, como a newsletter semanal, que reúne as atividades, participações, premiações, matérias e artigos produzidos ao longo da semana; o podcast “Economistas”, de periodicidade quinzenal, cujo conteúdo pode ser replicado pelos Corecons em suas redes sociais; e a revista “Economistas”, de periodicidade trimestral, que disponibiliza chamadas para artigos sobre temas de interesse da categoria. Também foi ressaltado que a Comissão de Comunicação apoia a divulgação de projetos e iniciativas nacionais, disponibilizando aos Corecons materiais e identidades visuais já preparados, com o objetivo de facilitar a divulgação e ampliar a participação dos profissionais de todas as regiões. Foram mencionados, entre outros, o Prêmio Paul Singer, o Prêmio Brasil de Economia e a Gincana Nacional de Economia. Por fim, informou-se que a campanha comemorativa dos 75 anos do Cofecon durará até dezembro, tendo sido registradas contribuições de representantes dos Regionais sobre a importância da atuação do Sistema ao longo destas sete décadas e meia. A conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula, coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária, reforçou a necessidade de divulgação, pelos Corecons, do edital do V Prêmio Paul Singer, destacando que as inscrições permanecerão abertas até 25 de outubro. Informou, ainda, que a Comissão elaborou uma nota temática com o objetivo de ampliar a participação e a inserção do Cofecon em instituições e espaços relacionados à Economia Solidária, destacando a realização de mesa de debates sobre o tema durante o evento. Ressaltou que a Comissão está à disposição dos Corecons interessados em criar comissões temáticas de Economia Solidária. Informou que, atualmente, existem iniciativas dessa natureza nos Corecons de Manaus e São Paulo, manifestando interesse na ampliação dessas estruturas nos demais regionais. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecimentos e reiterou o pedido de divulgação do edital do Prêmio Paul Singer. Comissão de Educação. A coordenadora Kerssia Preda Kamenach, apresentou o desempenho dos principais projetos desenvolvidos no primeiro semestre, destacando o

11º Desafio Quero Ser Economista, o XXXII Prêmio Brasil de Economia e a XV Gincana Nacional de Economia, além de anunciar o início de projeto voltado à abertura de cursos de Economia nos Institutos Federais. Quanto ao Desafio Quero Ser Economista, informou que foram registradas 3.110 inscrições de estudantes do ensino médio, representando crescimento em relação ao ano anterior. Destacou a participação dos Regionais na divulgação da iniciativa e ressaltou o aumento expressivo da participação da região Norte, que passou de 12 inscritos no ano anterior para 105 no presente ano. Na segunda fase, participaram 30 estudantes, com representantes de diferentes regiões, sendo o pódio composto por estudantes do Rio de Janeiro e Santa Catarina. Sobre o XXXII Prêmio Brasil de Economia, destacou a participação de 18 Corecons na categoria de monografias, ressaltando que somente trabalhos classificados em primeiro lugar nos respectivos Regionais podem concorrer à etapa nacional. Informou, ainda, a participação de 15 livros, 12 artigos temáticos e 16 artigos científicos, tendo como tema desta edição o setor público. Quanto à Gincana Nacional de Economia, registrou a participação de 46 duplas na etapa nacional, representando 20 Corecons, número superior ao do ano anterior. Por fim, apresentou o projeto de incentivo à abertura de cursos de Economia nos Institutos Federais, mencionando a experiência desenvolvida em Cariacica/ES, cuja implantação contou com a elaboração de um roteiro detalhado com as etapas necessárias para a criação do curso. Informou que esse material poderá subsidiar outros Regionais interessados em desenvolver iniciativas semelhantes. A coordenadora da Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental, conselheira federal Elis Braga Licks, apresentou as principais ações desenvolvidas e previstas para o ano, destacando a atuação conjunta com a Comissão de Economia Solidária. Informou a realização, em São Paulo, nos dias 21 e 22 de maio, do Seminário Nacional de Economia Solidária, com o tema "Caminhos para o Equilíbrio Socioambiental", que abordou questões relacionadas aos territórios, produção, circulação e consumo, trabalho digno, renda e meios de vida. Também destacou a realização de podcast sobre economia solidária e sustentabilidade. Relatou, ainda, a realização de visita técnica à Cooperativa Viva Bem no dia 10 de setembro, em parceria com o Grupo de Trabalho/Fórum de Economia Solidária de São Paulo, proporcionando aos participantes conhecimento sobre o funcionamento de uma cooperativa de reciclagem. Mencionou também a mesa de debates sobre minerais críticos para um projeto de nação, realizada durante o SINCE, e a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Cofecon e a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Quanto às próximas atividades, informou a previsão de conclusão do e-book da Comissão em setembro, a formalização de termo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente em outubro, o lançamento do e-book em novembro e a participação, em dezembro, no encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, com a realização de atividades que contarão com a participação da presidenta Tania Cristina Teixeira e de integrantes da Comissão. A coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Regional e Local, conselheira federal Ana Cláudia Arruda Laprovitera, apresentou as atividades desenvolvidas pela Comissão, destacando como objetivo o fortalecimento do debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil, com ênfase na divulgação e análise dos dados e problemas relacionados às desigualdades regionais. Informou a realização do Fórum de Desenvolvimento Regional durante o SINCE, em São Paulo, iniciativa que vem sendo promovida anualmente nos eventos do Cofecon e que tem como propósito atualizar e ampliar o debate sobre o tema. Destacou, ainda, a atuação conjunta com a Comissão de Comunicação na edição da Revista Economistas dedicada ao desenvolvimento regional, que reúne artigos sobre o tema e entrevista com Rosa Freire d'Aguiar, além do lançamento da obra "Desindustrialização e Neoindustrialização no Brasil", que reúne 14 artigos de

economistas brasileiros e teve pré-lançamento durante o SINCE, com previsão de novos lançamentos até o final do ano. Informou também a intenção de realizar, até o final do ano, palestra on-line sobre desenvolvimento regional, com possível participação do Professor Cristovam Buarque, bem como prestar apoio técnico aos Corecons. Por fim, mencionou a elaboração, em parceria com a Comissão de Comunicação, de e-book reunindo notas técnicas produzidas nos encontros regionais, como atividade de encerramento do planejamento anual da Comissão. Comissão de Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil. O coordenador, conselheiro federal Júlio Miragaya, apresentou a atuação da comissão, responsável também pela coordenação do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social. Informou que o Fórum já reuniu diversas entidades e vem desenvolvendo ações voltadas ao debate e à formulação de propostas sobre redução das desigualdades, incluindo a realização de seminário na Câmara dos Deputados e a elaboração de documento encaminhado ao Conselho Monetário Nacional. No âmbito das atividades recentes, destacou-se a iniciativa de encaminhar aos candidatos à Presidência da República um conjunto de onze perguntas sobre ações destinadas à redução da desigualdade social. Esclareceu-se que a realização de debate presencial com os candidatos foi considerada inviável em razão das restrições da legislação eleitoral, especialmente quanto à necessidade de tratamento isonômico das candidaturas. Assim, as perguntas foram encaminhadas, com prazo para resposta até 14 de setembro, sendo prevista a divulgação das manifestações recebidas nos canais das entidades participantes e, conforme o volume de respostas, a elaboração de boletim específico sobre o tema. Por fim, foi mencionada a atuação do Grupo de Trabalho sobre Neoindustrialização, Inovação e Cadeias de Valor, com destaque para a análise da dimensão regional do processo de industrialização brasileira. Ressaltou-se a perda de participação das principais metrópoles na produção e no emprego industrial e o consequente deslocamento de atividades industriais para o interior do País. Nesse contexto, foi destacada a intenção de aprofundar estudos sobre experiências de expansão industrial regional, mencionando-se as regiões de Cascavel e Toledo, no Paraná, e o nordeste de Santa Catarina, incluindo os municípios de Joinville, Itajaí, Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul. Informou que a realização de seminários sobre o tema foi postergada para o início do próximo ano, em razão do período eleitoral. Relatou, ainda, a elaboração, em conjunto com a Comissão de Economia do Setor Público, de estudo sobre o papel e a importância do Estado e das empresas estatais no processo de industrialização brasileira, especialmente em setores estratégicos, como petróleo e petroquímica, fertilizantes, indústria aeronáutica e siderurgia. O trabalho deverá ser aprofundado e poderá resultar em apresentação conjunta em seminário a ser realizado ainda neste ano ou no início do próximo. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes apresentou as atividades da Comissão de Normas e Legislação, responsável pela elaboração e revisão dos normativos internos do Cofecon, pelo apoio aos Corecons em questões normativas e pela adequação jurídica de demandas encaminhadas pela Presidência e pelas demais Comissões. Destacou, entre as prioridades da Comissão, a atualização do Código de Ética, considerado defasado, e a elaboração de normas técnicas relativas às atividades profissionais previstas no Projeto de Lei nº 3.178/2024, com o objetivo de orientar a atuação dos economistas. Na condição de vice-coordenador do Grupo de Trabalho de Atualização da Legislação, informou que o grupo acompanha a tramitação do Projeto de Lei nº 3.178/2024 e, paralelamente, o Projeto de Lei nº 2.468/2021, do Conselho Federal de Contabilidade, em razão da sobreposição entre atividades profissionais previstas nas duas proposições. Relatou que foram iniciadas tratativas entre as entidades para buscar um entendimento sobre as atividades em conflito,

tendo sido alcançado consenso preliminar em parte dos pontos, permanecendo algumas questões em discussão. Ressaltou que determinados campos de atuação da Economia não poderão ser objeto de renúncia nas negociações e que, caso não seja possível alcançar acordo, as matérias deverão seguir para deliberação no Congresso Nacional. Informou, ainda, que a tramitação dos projetos poderá prosseguir entre o final deste ano e o próximo, observadas as etapas regimentais. A presidenta do Cofecon Tania Cristina Teixeira, acrescentou que está prevista reunião em São Paulo, no dia 25, para dar continuidade às discussões, com assessoramento parlamentar e participação do Corecon-SP, destacando o empenho institucional para viabilizar a aprovação do projeto de interesse do Sistema Cofecon/Corecons. A conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou as atividades da Comissão de Fiscalização e Registro Profissional, destacando o trabalho desenvolvido para promover uma mudança de paradigma no Sistema Cofecon/Corecons, de modo que a fiscalização seja compreendida não apenas como atribuição do fiscal, mas como estratégia de gestão institucional. Informou avanços decorrentes da padronização dos procedimentos e da elaboração do Manual de Fiscalização, além da implementação do Plantão Fiscal, aberto à participação dos Regionais e das áreas jurídicas. Destacou, ainda, a criação do Portal de Fiscalização, cuja utilização será regulamentada em razão da existência de dados sensíveis, para posterior disponibilização aos Corecons. Relatou a adoção de acompanhamento dos Regionais pelos membros da Comissão e ressaltou os avanços na elaboração dos planos anuais de fiscalização, informando que, de quatro Regionais que anteriormente apresentavam o documento, o número passou para 76% dos Corecons enviaram o PAF – Plano Anual de Fiscalização, demonstrando participação expressiva e comprometimento com o planejamento institucional. Destacou também a participação dos Corecons nos Plantões Fiscais quinzenais e a maior integração do Sistema. Informou, ainda, a articulação com o Tribunal de Contas da União para realização de treinamento destinado aos conselheiros regionais, inclusive os que serão eleitos em 31 de outubro, com previsão para os dias 9 ou 10 de novembro, a depender da agenda da Presidência do Cofecon. Por fim, ressaltou a necessidade de que os presidentes dos Corecons assumam a fiscalização como prioridade institucional, acompanhem a execução dos planos anuais, assegurem condições adequadas de trabalho aos servidores responsáveis pela atividade e promovam maior atuação das respectivas Comissões de Fiscalização. Destacou a importância da descentralização das responsabilidades e lembrou a possibilidade de designação de servidor para exercer atividades de fiscalização nos Regionais que não disponham de fiscal específico. Reforçou, ainda, a necessidade de um pacto institucional pela fiscalização e solicitou a colaboração dos presidentes para consolidar essa mudança de atuação no âmbito do Sistema. A coordenadora da Comissão de Trabalho, Valorização e Mercado Profissional do Economista, conselheira federal Lúcia dos Santos Garcia, apresentou as principais atividades desenvolvidas no semestre, destacando a atuação relacionada à Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), com foco na sensibilização e disseminação de informações sobre as condições de trabalho no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Informou a realização de campanha de conscientização, curso destinado aos integrantes do Sistema e podcast sobre o tema, além da elaboração de cartilha em andamento. Ressaltou que as ações desenvolvidas constituem etapa preparatória para a implementação de medidas práticas relacionadas à NR-1, especialmente quanto ao planejamento e gerenciamento de riscos ocupacionais. Informou, ainda, a interlocução com o Ministério Público do Trabalho sobre a adoção de medidas pelos Conselhos e destacou a necessidade de acompanhamento das discussões em curso no Supremo Tribunal Federal relacionadas à matéria. Por fim, mencionou a atuação integrada da comissão com outras comissões do Cofecon, por meio de painéis e

debates sobre temas correlatos, e informou a elaboração de planejamento das atividades da comissão para os próximos anos. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, coordenadora da Comissão de Relações Internacionais, apresentou as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacando que a Comissão foi criada em 2026, em razão da necessidade de ampliar a atuação do Cofecon diante do novo cenário internacional e de seus impactos sobre o Brasil. Informou que a Comissão reúne conselheiros federais, representantes dos Corecons e convidados da área acadêmica, com foco na internacionalização da profissão, na cooperação institucional e na ampliação das oportunidades de intercâmbio para economistas, profissionais e estudantes. Relatou o desenvolvimento de convênios e parcerias internacionais, incluindo tratativas com o Colégio de Economistas de Lima, no Peru, para cooperação em pesquisas, intercâmbio e troca de experiências sobre regulamentação profissional; a retomada da parceria com a Ordem dos Economistas de Portugal, com previsão de reunião técnica e possibilidade de visita institucional; e iniciativas de cooperação com instituições da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Mencionou, ainda, a possibilidade de cooperação com a CEPAL, a participação em agenda de integração com instituições do México e o diálogo estabelecido com instituições da China, inclusive para apresentação e intercâmbio de experiências sobre o Sistema Cofecon e sua relação com as universidades. Destacou, ainda, a realização de debates e atividades em conjunto com outras Comissões do Cofecon, envolvendo temas de política econômica, economia do setor público, reindustrialização, mercado de trabalho e economia solidária, ressaltando que a integração entre as Comissões tem contribuído para ampliar e fortalecer os resultados das iniciativas desenvolvidas. Mencionou a participação de representantes internacionais em atividades do SINCE e a realização de palestra sobre o cenário econômico internacional, além da perspectiva de intensificação das ações de cooperação e integração regional. Por fim, ressaltou a importância de aprofundar, no próximo período, as estratégias de aproximação com os países da Associação de Economistas da América Latina e Caribe, considerando as mudanças no cenário político e institucional da região, e de buscar novas formas de fortalecimento dos vínculos e da cooperação internacional do Cofecon. O conselheiro federal Odilon Guedes Pinto Júnior, coordenador da Comissão de Economia do Setor Público, apresentou as principais atividades desenvolvidas, destacando o objetivo de promover o debate sobre o papel do Estado na economia e ampliar a atuação dos economistas no setor público. Informou a realização de podcast e a elaboração de e-book sobre o papel do Estado e o orçamento público, além da estruturação de boletim para divulgação de informações sobre a atuação estatal. Destacou, ainda, a campanha "Orçamento Público, Transparência Popular", voltada à disseminação de informações orçamentárias em linguagem acessível e ao fortalecimento da cidadania, com ações realizadas em diferentes Estados, incluindo palestras, debates e articulações com universidades e entidades. Por fim, ressaltou a importância da participação dos Corecons na divulgação e realização dessas iniciativas e da atuação integrada entre o Cofecon, os Regionais e as demais Comissões. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva informou que a questão da comissão de negociação funcional já havia sido definida em plenária anterior, permanecendo o acompanhamento das ações aprovadas pelo Cofecon. Informou que a minuta de regulamento da Ouvidoria seria submetida à apreciação e votação da Plenária, seguida de ampla divulgação no Sistema Cofecon/Corecons. Ressaltou que a iniciativa integra um processo de fortalecimento das relações funcionais, incluindo a retomada da negociação coletiva e a adoção de mecanismos relacionados à prevenção e ao enfrentamento de situações de assédio, em consonância com as medidas previstas na NR-1. Destacou, nesse contexto, a

necessidade de criação de canal com garantia de anonimato e de planejamento de gerenciamento de riscos ocupacionais. A Presidência reconheceu a relevância do trabalho desenvolvido, destacando seus impactos na valorização dos funcionários, na negociação funcional e no aprimoramento dos processos internos do Cofecon. Comissão Eleitoral. O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva apresentou informe sobre o andamento do processo eleitoral, destacando que, até o momento, não foram registradas intercorrências relevantes, estando os procedimentos em conformidade com as normas estabelecidas pelo Cofecon e pelos Regionais. Registrou apenas a ocorrência de pequeno atraso no envio de uma base de dados, posteriormente regularizado. **4. Considerações e encaminhamentos.** ***Não houve.*** **5. Encerramento da reunião ampliada** *(áudio, tarde, 12.09.2026 – 00:01:33 – 01:31:38)* **6. Expediente.** *6.1. Ata da sessão plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da ata da 753ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2026, em Brasília-DF, em formato híbrido;* minuta apresentada e aprovada por unanimidade. *6.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;* Participação em eventos e representação da Presidência. - 19/08 – Participação na abertura do 21º Seminário de Diamantina, compondo a mesa de abertura, das 8h30 às 9h, no Auditório da UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; - 02/09 – Participação no evento on-line "Brasil, China e a Governança da Inteligência Artificial", organizado pelo CEBRI, em apoio ao CEBC, juntamente com membros da Comissão de Relações Internacionais do Cofecon. Participação em eventos e representação da Vice-Presidência. 25/08 – Participação na 128ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, realizada em Brasília-DF. Participação em eventos e representação institucional – Colaboradores. - 19/08 - Participação na reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizada em Brasília-DF. Representante: conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva; 20/08 – Participação na mesa de abertura do 30º ENESUL – Encontro de Economistas da Região Sul, realizada em Curitiba-PR. Representante: conselheiro federal Carlos Magno Andrioli Bittencourt; 20/08 – Participação no 1º Fórum da Mulher Economista do Sul, realizado durante o 30º ENESUL – Encontro de Economistas da Região Sul, em Curitiba-PR; Representantes: conselheiras federais Elis Braga Licks, Fabíola Andréa Leite de Paula, Lucia dos Santos Garcia, Janine da Silva Alves Bello e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva; 25/08 – Participação na mesa de abertura institucional da II Semana de Economia do IFES – Campus Cariacica, em Cariacica-ES. Representantes: conselheiros federais: Elis Braga Licks, Kerssia Preda Kamenach e Odilon Guedes Pinto Júnior; 25/08 – Participação na mesa de abertura do Seminário Comemorativo sobre a Teoria Geral de Keynes, integrante da programação especial do Mês do Economista 2026, em Brasília-DF. Representante: conselheiro federal Julio Miragaya; 02/09 – Participação na mesa de abertura do V Encontro Maranhense de Economia (V EME), em São Luís-MA. Representante: conselheiro federal Frednan Bezerra dos Santos; 03/09 – Participação nas comemorações dos 69 anos de fundação da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo e no lançamento da Campanha de Valorização da Perícia, em São Paulo-SP. Representante: conselheiro federal Pedro Afonso Gomes; e 03/09 – Participação no Lançamento Nacional do Índice de Capacidades Governativas (ICG), em Brasília-DF. Representante: Economista Maria Cristina de Araújo. **7. Ordem do Dia.** *7.1. Decisão Ad Referendum do Plenário: Deliberação nº 5.160, de 03 de setembro de 2026, que homologou os resultados do XXXII Prêmio Brasil de Economia - PBE. (Processo SEI nº 141100.000059/2026-49); 7.2 Decisão Ad Referendum do Plenário: Deliberação nº 5.158, de 27 de agosto de 2026, que homologou os resultados do 11º Desafio Quero Ser*

Economista. (Processo SEI nº 141100.000195/2026-39). 7.3 Decisão Ad Referendum do Plenário: Deliberação nº 5.159, de 28 de agosto de 2026, que altera a Deliberação nº 4.851, de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos de livre provimento do Cofecon, para transformar o cargo em comissão de "Assessor da Presidência e do Plenário" no cargo de "Coordenador de Apoio à Presidência e ao Plenário", e dá outras providências. (Processo SEI nº 110000943.000003/2023-41). A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, apresentou as decisões ad referendum do plenário para aprovação. *7.4 XXIX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE 2026 – Homologação do relatório geral do XXIX Since (Processo SEI nº 141102.003806/2026-81);* Relator Geral do XXIX SINCE, conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva. Foi discutido o encaminhamento das propostas aprovadas no SINCE, destacando-se a necessidade de uma triagem e organização por temas, de modo a direcioná-las às respectivas comissões e à área jurídica, conforme a natureza de cada matéria. Foi sugerida a elaboração de um modelo padronizado de relatório e um tutorial para os relatores, a fim de facilitar a sistematização das propostas em futuras edições. Também se propôs que a Assessoria do Cofecon realize uma análise preliminar do material, com posterior encaminhamento às áreas competentes. Após as manifestações, ficou definido que o relatório geral seria encaminhado à Assessoria para revisão, organização e separação das propostas por área temática, antes do envio às comissões e ao Jurídico. Ao final, o relatório geral do SINCE foi homologado pelo Plenário. *7.5. Definição dos valores das Anuidades e Emolumentos para o exercício de 2027 (Processo SEI nº 141100.000213/2026-82);* Relator: conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, coordenador da Comissão de Normas e Legislação. O relator apresentou a minuta de resolução que estabelece, para o exercício de 2027, os valores das anuidades, taxas, emolumentos, preços de serviços e limites das multas no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Os valores foram atualizados com base na variação do INPC, de 4,9850%, referente ao período de agosto de 2025 a julho de 2026. A proposta contempla também os descontos e reduções aplicáveis às anuidades, bem como os valores mínimos e máximos das taxas e dos serviços, a serem observados pelos Corecons. Após a apresentação, foi recomendada a aprovação da minuta, que foi aprovada pelo Plenário.*7.6. Regulamento do Prêmio Mulheres Economistas Pesquisadoras (Processo SEI nº 141100.000185/2026-01);* a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, coordenadora da Comissão Mulher Economista e Diversidade, apresentou as mudanças na minuta do regulamento do prêmio incluindo a "diversidade". Foram destacadas alterações no regulamento, com a inclusão das dimensões de diversidade, equidade e inclusão, especialmente na categoria "Economia, Gênero, Diversidade e Inclusão" e na previsão de Menção Honrosa. Também foi especificado o conceito de diversidade e inclusão, contemplando diferentes características, identidades, trajetórias e perspectivas, bem como grupos historicamente sub-representados na ciência econômica. Na sequência, o item foi submetido à apreciação dos conselheiros e conselheiras, aprovado por unanimidade. *7.7. Fiscalização e registro de profissionais e pessoas jurídicas atuantes no mercado financeiro e de capitais submetidos à regulação e fiscalização da CVM e/ou do BACEN (Processo SEI nº 141102.002264/2026-29)* Relator: conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, coordenador da Comissão de Normas e Legislação. O relator apresentou a minuta de deliberação referente à fiscalização e ao registro de profissionais e pessoas jurídicas que atuam no mercado financeiro e de capitais, submetidos à regulação da CVM ou do Banco Central, em razão de controvérsias jurídicas acerca da obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Economia. Considerando a complexidade da matéria e a necessidade de análise da legislação,

jurisprudência e atividades efetivamente exercidas, foi proposta a suspensão cautelar, pelo prazo de 90 dias, da aplicação dos dispositivos relacionados ao registro, fiscalização e cobrança dessas atividades, a fim de permitir o aprofundamento dos estudos pela Comissão de Normas, com participação dos Corecons e da área jurídica. Ressaltou-se que a medida possui caráter temporário e não representa decisão definitiva sobre a obrigatoriedade do registro, devendo a matéria retornar ao Plenário após os estudos para deliberação definitiva. A proposta foi submetida à votação e aprovada. *7.8 Instituição e regulamentação da Ouvidoria no âmbito do Cofecon (Processo SEI nº 141100.000033/2026-09)* O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva, coordenador do grupo de trabalho Ouvidoria: Prevenção de Assédio no Ambiente de Trabalho. O relator submeteu ao Plenário minuta de resolução que institui e regulamenta a **Ouvidoria do Cofecon como função institucional permanente**, vinculada administrativamente à Presidência, destinada a atuar como canal de comunicação entre o Cofecon, profissionais registrados, Corecons, empregados, colaboradores e a sociedade. A proposta estabelece princípios, competências e procedimentos para o recebimento e tratamento de manifestações, como reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações, preservando o caráter não deliberativo da Ouvidoria. Também disciplina as atribuições do Ouvidor, os prazos de atendimento, a elaboração de relatórios e a atualização da Carta de Serviços ao Usuário, com foco na transparência, participação social, proteção de dados e aprimoramento da gestão. Ao final, foi apresentado voto pela aprovação da minuta de resolução. Após os esclarecimentos, foi proposto que fosse votada a instituição e a regulamentação, ficando a fase de implementação para a próxima Plenária, prevista para 16 de outubro. Em votação, o item foi aprovado.*7.9 Análise de curso de conexo em Economia - Finanças da Universidade de Fortaleza (Unifor). (Processo SEI nº 141108.000098/2026-76).* O relator, conselheiro federal Claudemir Galvani, membro da Comissão de Educação, apresentou o processo de interesse do Corecon-CE, referente ao curso de Economia e Finanças da Universidade Federal do Ceará (UFC), para fins de registro de seus egressos no Sistema Cofecon/Corecons. Conforme o Parecer Jurídico nº 102/2026, o curso atende integralmente aos requisitos estabelecidos na regulamentação vigente, observando-se os critérios estabelecidos pela Resolução nº 1.997/2018 do Cofecon. Diante disso, foi apresentado voto favorável ao registro dos egressos do referido curso no Sistema Cofecon/Corecons. *7.10 Análise de curso de conexo em Economia - Ciências Atuariais - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. (Processo SEI nº 141121.000151/2026-61)* O relator, conselheiro federal Claudemir Galvani, membro da Comissão de Educação, apresentou o processo de interesse do Corecon-PB, mencionou que está em conformidade com o Parecer nº 124/2026, o curso atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 1.997/2018, especialmente quanto à correspondência de conteúdos e disciplinas com a formação em Economia, atingindo o percentual mínimo exigido. Diante disso, foi apresentado voto favorável ao pleito, posteriormente aprovado pelo Plenário. Durante a discussão, destacou-se a relevância do reconhecimento do curso para a atuação profissional e para a defesa das atribuições dos economistas, especialmente em atividades relacionadas à perícia e aos cálculos atuariais. Também foi ressaltada a necessidade de acompanhar as transformações na oferta e na procura por cursos de formação, diante do crescimento de áreas relacionadas a dados e tecnologia e de seus impactos sobre a formação e o mercado de trabalho dos profissionais da área econômica. Os processos SEI nº 141108.000098/2026-76 e SEI nº 141121.000151/2026-61, foram colocados conjuntamente em votação e aprovados por unanimidade. **8. Processos Administrativos e Contábeis.** *8.1. Processos Contábeis*. A presidenta da Comissão de Tomada de Contas, Econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, apresentou o Processo

SEI nº 141107.000129/2026-07, referente à reformulação orçamentária do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC). A relatora apresentou voto favorável à matéria, que, submetida à apreciação do Plenário, foi aprovada por unanimidade. *8.2. Processos Administrativos.8.2.1. Processos de Auxílio Financeiro: conselheiro federal, coordenador da Comissão de Educação.* A coordenadora da Comissão de Educação, Econ. Kerssia Preda Kamenach apresentou dois processos. *8.2.1.1 Processo nº 141110.000260/2026-15 (Corecon-MG), Auxílio Financeiro: I Prêmio Mulher Economista na Ciência, Valor Solicitado: R$ 6.000,00.* A relatora mencionou tratar-se de pedido de auxílio financeiro para a realização do Prêmio Mulher Economista na Ciência, do Corecon-MG. Considerando a alteração da data do evento, ainda em definição, a matéria foi retirada de pauta, ficando seu relato e apreciação para a próxima Plenária. *8.2.1.2 Processo nº 141100.000198/2026-72 (ABED) Auxílio Financeiro: Prêmio Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira de Teses e Dissertações em Economia - Edição 2026. Valor Solicitado: R$ 15.000,00.* A relatora apresentou pedido de auxílio financeiro para a realização do Prêmio Nelson Vitor de Tese e Dissertação em Economia, edição 2026, no valor de R$ 15.000,00, apresentado pela ABED. Após análise da documentação, foram identificadas algumas pendências de detalhamento no plano de trabalho, posteriormente atendidas, não impedindo a realização do evento. Considerando os limites estabelecidos pela regulamentação do Cofecon, foi proposto auxílio financeiro no valor máximo de R$ 6.703,92, na forma de reembolso de despesas com passagens, hospedagem, material de divulgação e publicação relacionados ao evento, mediante prestação de contas no prazo de 60 dias após seu encerramento. Registrou-se, ainda, o apoio formal do Corecon-DF à realização do Prêmio, em atendimento aos requisitos estabelecidos. Diante disso, foi apresentado voto favorável à concessão do auxílio financeiro no valor máximo previsto. Em votação, o auxílio foi aprovado por unanimidade. **9. Outros Assuntos. 10. Encerramento.** A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, agradeceu a presença de todos e, às dezessete horas e quatro minutos, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela presidenta da Sessão. São Paulo, doze de setembro de dois mil e vinte e seis.

Econ. Tania Cristina Teixeira	**Jane Lopes da Silva**
Presidenta do Cofecon	Secretária *ad hoc*